

Colegas e Camaradas

Num contexto de profundo ataque à Educação e à Escola Pública, de retrocesso social, pelo recuo de direitos sociais, económicos e culturais, recuo até de algumas liberdades e garantias, devido a políticas dos sucessivos governos, com destaque para o que ainda está, exige-se o reforço do sindicalismo **reivindicativo, combativo** e com **propostas claras de defesa da Escola democrática**. Um sindicalismo assim tem de passar por um **sindicato de classe**, dirigido aos problemas concretos dos professores, pese embora o facto de se inserirem numa ofensiva comum a outros trabalhadores - um sindicalismo presente nos locais de trabalho dos professores que são as escolas. Só assim é possível eleger delegados sindicais, só assim é possível reivindicar o delegado por escola em vez de o ser por agrupamento, só assim poderão ser reanimadas as Assembleias Gerais de sócios - Um sindicalismo **unitário**, que corporize a ação de todos aqueles e aquelas que se revejam nos mesmos objetivos, independentemente das filiações e tendências político-partidárias, cuja importância não está em causa, o que em causa já estará, é o poder verificar-se uma qualquer utilização do sindicato em benefício de alguma delas. Foi com estes valores que se construiu um património de luta sindical que conduziu a muitas conquistas, as quais têm vindo a ser roubadas. Só a força organizada dos professores no **movimento sindical unitário** pode dar corpo à luta consequente na defesa dos seus direitos. É vertendo estes valores na ação que poderemos conseguir travar a ofensiva de uma política de direita que arrasa a Escola Pública e os direitos dos seus profissionais. Quaisquer variações de modelo político sindical que coloque em causa estes postulados ou apresentem dúvidas e contradições quanto à concretização dos mesmos, são aventuras que nos poderão custar muito caro e levar a perdermos a guerra declarada à Escola de Abril e aos seus professores. Estamos em guerra e é preciso fazê-la; as nossas armas são os professores e a escola ao lado do sindicato. Ora, é na proposta B, que, ainda que breve, se encontram inequivocamente estes princípios de ação.

A moção A apresentada pela direção é exaustiva no diagnóstico da realidade, faz a leitura dos problemas com a qual no essencial concordamos, é no entanto muito insuficiente no que pretende como ação com os professores no sentido de a ultrapassar. Mais do que traçar um grande diagnóstico da situação que passa, é sobretudo necessário ocuparmo-nos da ação ou ações com vista ao que passe a estar. Uma proposta retórica na afirmação que faz das suas posições, tautológica e repetitiva, quase professoral, com siglas não decodificadas por exemplo. Reconhece coisas por fazer, como a necessidade de alargar a rede de delegados sindicais e a fraca participação nas Assembleias Gerais de Sócios, contudo não

apresenta nenhuma ideia para aproximar o sindicato às escolas e aos professores. Também ressalta da moção A uma certa mensagem aos professores que se podia enunciar da seguinte



Os desafios da docência

perante o recuo dos direitos de cidadania

5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

maneira: " deixem-se estar por aí que nós sozinhos, sem vós, bastamos na luta pelos vossos direitos e agradeçam-nos por isso". Neste sentido é uma proposta que aconchega mas não chega. Há aqui uma conceção insular da luta, um sindicalismo de gabinete feito, que não permitirá fortalecer a ação sindical.

Quando se refere às relações com o movimento sindical, parece estar mais interessada numa adesão à CSI (Confederação Sindical Internacional) do que corresponder ao compromisso assumido com a CGTP e Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública. E cito: "Os professores não têm da frente comum uma imagem positiva". Mas o que faz a direção do SPGL para alterar essa imagem e preconceito de muitos professores? Muito pouco. Na relação com a FENPROF diz que quer mais protagonismo quando do que se trata é assumir uma ação nas escolas que corresponda à dimensão do maior sindicato da federação que de facto é. Por outro, lado, a moção A revela um interesse de aproximação aos sindicatos da UGT, sempre que, e cito " tal sirva os interesses dos trabalhadores". Quando é que tais sindicatos serviram os interesses dos trabalhadores? É grave passar a imagem aos professores dum sindicato que desvaloriza o que tem sido a capitulação e traição aos interesses dos professores, de que o último exemplo do acordo da FNE com Crato sobre a PACC, ainda está fresco. A moção A pretende dar a entender uma ideia de isolamento intencional da CGTP face à UGT, esquecendo que é esta que se demarca na altura em que se afasta da luta, ou das raras em que se coloca do lado da CGTP e dos trabalhadores. Conhecem-se momentos de luta unitária no âmbito da plataforma de sindicatos de professores em que a FNE (sindicato da UGT) se afasta para assinar acordos com o ME e/ou MEC, numa evidente traição aos professores e outros sindicatos representativos. Portanto não existe nenhum isolamento por parte da CGTP, ao contrário, a central sindical tem demonstrado respeito e até paciência, embora o mesmo não se possa dizer por parte dos sindicatos da UGT. É preciso ter muito cuidado com o caminho de ugtização que a moção A da direção indicia para o nosso sindicato e não se deve confundir abertura para a ação conjunta, com cedência.

E nesta linha de preocupações também se colocam questões ao subscritor da moção C:

Com a moção C fica-se a perceber uma urgência: a de revisão (redução ou extinção?) da quota à CGTP, num anseio evidente de separação da central, pensando assim ser possível **lutar para vencer**, perante um novo corte de 2000 milhões de euros para a Educação, contra a mobilidade especial e pela reposição dos salários e pensões roubadas, lutas que, aliás, são também nossas. Tudo isto pensa ser possível vencer num caminho ruinoso (a que tal medida levaria) do edifício sindical no qual assenta a luta unitária. Parece, então, que a tão propalada autonomia sindical inscrita na moção C, afinal, é o afastamento da CGTP. Porventura a defesa reiterada da greve às avaliações (qual remédio santo para os males da Educação) no lugar do que considera "greves rituais" e manifestações promovidas pela CGTP, se sobrepõe a todo um património de luta? Lutar para vencer ou lutar para perder? Vamos ter muita atenção!

Com a moção D partilhamos alguns aspetos: na ligação do sindicato às Escolas aos Professores e Educadores, no reforço da rede de Comissões sindicais e núcleos sindicais e maior capacidade de intervenção dos delegados sindicais, na preocupação pela escassa participação na Assembleia Geral de Sócios e da proposta da sua realização descentralizada...

No entanto, carece de clarificação quando se refere à abertura a novos interlocutores e a novas soluções, não dizendo quais. À semelhança da moção A apela à aproximação a sindicatos não reivindicativos, desde que seja compatível com as reivindicações dos trabalhadores. Uma contradição. Uma adição da ação sindical, essa sim, que em nada resolveria os problemas que temos, antes nos traria certamente outros. Em suma, a moção D, carece de clarificação neste ponto, que da forma como está permite interpretar também uma estratégia reformista e utopizadora para o sindicato.

A moção E pretende aprovar uma iniciativa no Congresso que pensa, contribuirá eficazmente contra o processo de demolição da Escola Pública. Que iniciativa? É bastante vaga. A moção E traz-nos a lembrança da metanarrativa das lutas dos professores no período pós-74, que boa memória nos traz. Mas a luta constrói-se hoje e todos os dias, não com a expectativa de uma grande iniciativa, mas várias: nos locais de trabalho, nas escolas, nas ruas, nos espaços de debate nos órgãos de decisão do sindicato mas sempre com os professores. Nas grandes mas também nas pequenas lutas. Ouvindo os professores e decidir o plano de ação a partir deles, levá-lo por diante com os professores.

É por isso que o que vem plasmado na proposta de resolução B contém na essência, a luta que é preciso travar para o futuro do SPGL.

* Membro do Conselho Geral do SPGL. Professora no CED Jacob Rodrigues Pereira – Casa Pia de Lisboa